



Apresentação

Dossiê “Cidades em Guerra: velhas e novas expressões do conflito urbano”

Frank Andrew Davies 

Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: daviesfr@gmail.com

Lia de Mattos Rocha 

Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: liarocha08@gmail.com

Conflitos sociais reservam lugar de destaque nos estudos sobre as cidades, refletindo para além de um tema de interesse, uma certa tradição sociológica.¹ Entretanto, há algum tempo os discursos e imaginários sobre esses conflitos têm recorrido à ideia de "guerra" a fim de caracterizar suas dinâmicas e efeitos. Representadas em diferença ao "campo de batalhas", mais recentemente as cidades passaram a ser vistas como palcos desses eventos, em vista de ameaças como o crime organizado e o terrorismo. O debate tem mobilizado autores com origem em países que fazem guerra em outros lugares, contudo, perguntas se fazem do lado de cá: como a experiência colonial recoloca a questão do conflito urbano? Quando a "guerra" não esteve entre nós? Além disso, de que forma "militarização" e outros conceitos conduzem à compreensão desses fenômenos?

Reflexões em torno da militarização urbana tem se dado a partir de distintas tradições e perspectivas. No contexto anglo-saxão, a condição de destaque militar desempenhada pelos Estados Unidos da América desde a segunda metade do século XX tem sido marco fundamental nas análises sobre o tema. Tal posição se consolidou especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, quando a reação aos "ataques" daquele dia deslançou uma "Guerra ao Terror" que superou formas de "guerra" anteriores, como a Guerra Fria, às drogas e ao crime, moldando a relação do país com o resto do mundo. Sob consequência de tal empreitada, firmou-se um centro de poder imperial que articula trocas de saberes e profusão de modos de gestão sobre as cidades, movimentando o xadrez da política internacional.²

Buscando alargar o conceito de militarização para além do escopo de atuação das Forças Armadas, ainda que reconhecendo a centralidade destes atores³, o debate sobre o fenômeno tem mostrado a participação de variados agentes em dinâmicas de estímulo e incremento às lógicas de atuação militar. Trabalhos recentes indicam tendências de militarização na vida política brasileira⁴, latino-americana⁵, na reorganização dos espaços urbanos a partir da lógica da vigilância e da repressão⁶, na organização de megaeventos⁷, nas iniciativas de ajuda humanitária oferecida aos países pobres⁸, entre outros. Neste cenário amplo e multifacetado, o militarismo desponta como conceito complementar ao de militarização, com especial importância nas discussões sobre violência política na América Latina.

Especificamente no Brasil, mudanças no perfil socioeconômico da população e compromissos com uma agenda de grandes eventos internacionais alçaram nas últimas décadas o tema da segurança pública e da contenção da violência urbana enquanto problemas de primeira ordem. Esse argumento tem mobilizado práticas, recursos e imaginações que, por sua vez, culminam em diferentes experiências

¹ Collins, Randall, Quatro tradições sociológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

² Harvey, David. *The New Imperialism*. Oxford: OUP, 2003; Graham, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo Editorial, Coleção Estado de Sítio, 2016.

³ Lutz, Catherine. Making war at home in the United States: Militarization and the current crisis. *American Anthropologist*, v. 104, n.3, p. 723-735, 2002; Davies, Frank Andrew. Urbanismo militar na "região olímpica": dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, n. 22, v.2, 2020.

⁴ Souza, Luís Antônio Francisco de; Serra, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. *Tempo Social*, v. 32, n. 2, p. 205-227, 2020.

⁵ Verdes-Montenegro, Francisco. *J. La (re) militarización de la política latinoamericana: Origen y consecuencias para las democracias de la región* [Brochure]. Documentos de trabajo (Fundación Carolina): Segunda época 14: 1, 2019.

⁶ Menezes, Palloma. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas 'pacificadas'. *Tempo Social*, v. 30, n. 3, 191-216, 2018.

⁷ Gaffney, Christopher. Can we blame it on Rio? *Bulletin of Latin American Research* v. 38, n. 3, 2019; Rocha e Bazoni da Motta, 2020)

⁸ Sheller, Mimi. The islanding effect: Post-disaster mobility systems and humanitarian logistics in Haiti. *Cultural geographies*, n. 20, v. 2, 2012.

de gestão urbana. Sob diferentes possibilidades, arranjos e alcances, estes variados fenômenos estão entre as dinâmicas que têm movimentado nossas rotinas sob toque de guerra.

Entre novas e velhas expressões do conflito urbano, a discussão se revela atual às compreensões sobre as cidades e suas lógicas de regulação. Nesse sentido, este dossiê reúne contribuições que avançam o debate sob diversos formatos e abordagem - variando de traduções e entrevistas a contribuições inéditas, de análises mais empíricas a ensaios. Os trabalhos aqui reunidos têm em comum a militarização enquanto objeto heurístico e conceito-chave, e propõem reflexões sobre seu uso, validade, possibilidades e limitações.

O artigo que abre este dossiê é também de seus organizadores, que a partir de um ensaio reúne notas de pesquisa e reflexões de cunho teórico, sob o argumento de que as formas de saber e poder da militarização circulam entre as cidades do Norte e do Sul Global e são responsáveis por organizar a vida como a experimentamos. Rocha e Davies se debruçam sobre o conceito de militarização e propõem sua atualização frente à chamada "matriz colonial de poder", articulando um arcabouço analítico ainda pouco explorado pelos estudos urbanos. O diálogo produzido a partir do referencial da colonialidade permite compreender a centralidade da experiência colonial e das desigualdades raciais nas formas de pensar e governar os espaços e as populações no tempo presente, além de dar destaque a como certas formulações a respeito do tema reproduzem concepções que buscam inferiorizar e apagar expressões não -hegemônicas dentro do sistema mundo moderno/colonial.

Em seguida são apresentados dois textos, já publicados e traduzidos neste número em vista do diálogo que estabelecem em torno do valor das categorias militarização e pacificação para os estudos sobre violência urbana. "Guerra como paz, paz como pacificação" foi publicado em 2010 por Mark Neocleous. Neste artigo, o autor expressa suas divergências com os discursos sobre o binômio guerra e paz feitos após os ataques de 11 de setembro, especialmente pelo campo da esquerda, por desconsiderarem a indistinção entre os polos dessa díade na história moderna. Confrontando pressupostos da teoria política moderna, Neocleous examina os sentidos de "paz" e "guerra" postos em ação. Nesse esforço, considera que o uso da guerra está fundamentado no direito das nações para a produção da paz e da segurança, com a presunção legítima do recurso à expropriação e do expediente da violência sobre certos grupos sociais. Paz, portanto, é sinônimo de dominação, "dominação enquanto pacificação". Localizando guerra e paz na grade de inteligibilidade da colonização, o autor argumenta como ambas são condição para a manutenção da vida social no capitalismo atual.

Já o artigo "Militarização importa: ressonâncias retóricas e mercado do militarismo", publicado por Anna Leander em 2022, sugere aprofundar o debate sobre o uso do conceito militarização, reagindo a uma literatura que questiona sua validade enquanto categoria explicativa. Ainda que possa, dependendo de seu uso, "desviar a atenção da violência policial e do racismo epistêmico", a autora argumenta - a partir de um uso criativo de dados empíricos e discussões teóricas - que o termo traz consigo também a possibilidade de descrever processos atuais do que conceitua como "militarismo de mercado", ou seja, a administração, comercialização e materialização da segurança. Assim, nomear o mercado da segurança como militarização permite "ressoar", nas palavras de Leander, com as importantes denúncias que destacam a gravidade da comercialização dessa mercadoria e seu imbricamento em um conjunto de práticas - inclusive no campo acadêmico - que sustentam e dão legitimidade ao racismo epistêmico e à violência policial.

Retomando as cidades em guerra "daqui", Wellington Maciel apresenta o caso da capital do estado do Ceará como experiência reveladora da fortificação como projeto moderno de cidade. Sendo Fortaleza desde a formação original, ainda nos dias de hoje a cidade nos faz pensar as narrativas que

conduzem as transformações da paisagem, em atualização a lógicas e sentidos de ordem pública que, por um lado, fortificam espaços e agentes e, por outro, condenam grupos e populações à condição de resíduos urbanos. Nesse sentido, a discussão de Maciel repercute continuidades da "guerra urbana" e da reivindicação de espaços fortificados. A revisão histórica indica processos que se conectam ao próprio desenho da cidade e suas primeiras formas de ocupação, garantidas pela invasão do território colonizado. Assim, "as técnicas do governo do forte não desaparecem na Fortaleza contemporânea, mas são permanentemente ativadas por uma pluralidade de atores em trama com as emergentes técnicas do governo dos resíduos".

Acompanhando o argumento que articula militarização ao processo sócio-histórico da colonização a partir de um modelo de gestão de populações e territórios, Gizele Martins e Juliana Farias aprofundam as ligações entre dois contextos que experimentam a "militarização cotidiana": a favela da Maré no Rio de Janeiro e Gaza, na Palestina. Como duas experiências de colonização e atualização do modelo colonial de gestão da vida nas cidades, Gaza e Rio de Janeiro são espaços invadidos e conquistados, onde território, classe, gênero e raça são produzidos através da experiência da violência. A aproximação entre essas duas realidades é produzida pelo acionamento de um jogo de escalas entre o "próximo", a Maré apresentada através de dados etnográficos, e o "distante", a Gaza que é espaço de circulação de tecnologias de controle militarizado, mas também da resistência a esses processos. A partir dessa aproximação contrastiva as autoras apresentam os "circuitos do terror de estado" postos em curso.

O texto que encerra este dossiê é uma entrevista com Eduardo Moncada, pesquisador e professor de Ciência Política na Universidade de Columbia, feita por Felipe Ramos Garcia e Apoena Mano. Ainda que nascido nos Estados Unidos, a origem familiar em países sul-americanos - sua mãe é da Colômbia e o pai, do Equador - é reconhecida pelo entrevistado como principal motivo para que pesquisasse crime e violência na América Latina. Moncada se vê como um dos pioneiros no esforço de articular a ciência política tradicional a temas que envolvem crime e violência na América Latina e, tomando sob retrospectiva, se anima com o crescimento do debate na área. No curso da entrevista, reflete sobre escolhas metodológicas, como a etnografia, e analisa as escalas que operam suas investigações, em defesa de perspectivas comparativas. Por fim, aponta possibilidades de produzir pesquisas sensíveis às especificidades do tema e dos problemas que causam na rotina das cidades.

Através desse dossiê, nosso objetivo é discutir as possibilidades de viver e resistir nas cidades a partir de experiências de "guerra interminável".⁹ Que o número alcance este intento, contribuindo para a produção de novas pesquisas e maiores diálogos para a compreensão da vida urbana em conflito(s).

⁹ Mbembe, Achile. **Necropolítica**. N-1 edições. São Paulo, 2018.